



Congresso deve ganhar reforço na segurança



Davi informou que deve se reunir com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para discutir as medidas Jefferson Rudy/Agência Senado

O presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, anunciou nesta quarta-feira (29), que pretende adotar medidas de reforço da segurança do Congresso Nacional. Entre as possíveis mudanças estão biometria facial e cancelas nas principais entradas para proteção de senadores, servidores e visitantes.

— Isso é proteção, todo lugar do mundo tem, e nós vamos só melhorar a nossa, aprimorar, aperfeiçoar e modernizar, porque ela já existe. A nossa Polícia Legislativa faz um trabalho muitas

vezes sem todos os instrumentos adequados de tecnologia então é esse olhar mais adequado também para proteger o bom andamento da Casa e proteger a legitimidade do parlamentar — informou o presidente.

Davi informou que se reunirá com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para discutir as medidas. Também haverá reuniões com as Polícias do Senado e Câmara, as Diretorias-Gerais das duas Casas e setores de engenharia e arquitetura para a elaboração de um projeto de modernização dos equipamentos de segurança.

Agressões

Entre as situações de insegurança enfrentadas pelos parlamentares, Davi citou agressões verbais sofridas por deputados nos corredores e ofensas proferidas contra parlamentares na entrada do Salão Branco, também chamado de Chapelaria (voltada para o gramado da Esplanada dos Ministérios). Davi ainda relatou um caso em que tentaram invadir as dependências do Congresso com um veículo.

O presidente do Senado também citou um episódio ocorrido nesta quarta-feira, quando o relator da MP 1.304/2025, senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi xingado por opositores do texto na porta da comissão mista que analisa a medida. Para Davi, é preciso proteger o trabalho dos parlamentares.

— A Casa do povo e a Casa da Federação precisam estar de portas abertas para aqueles que queiram vir colaborar e construir um país

melhor, mas não para aqueles que insistem em agredir e ofender os que, cumprindo suas atribuições constitucionais, legitimamente eleitos pelo povo brasileiro, estão aqui lutando para entregar para a sociedade um país mais justo, mais fraterno e menos desigual — disse Davi.

Apoio

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) elogiou as possíveis medidas e citou ameaças sofridas pela senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) em razão de um projeto que criminaliza a misoginia. Para ela, as mudanças são necessárias.

O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) também disse considerar que a intenção do presidente é acertada e que é preciso proteger as vidas dos parlamentares. Ele elogiou o trabalho da Polícia Legislativa.

Fonte: Agência Senado

Consignado CLT transfere 2,3 milhões de contratos antigos e supera R\$ 82 bi em empréstimos

Modalidade começou em março, pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital; antes era feito só em empresas com convênios bancários



Crédito do Trabalhador é concedido para quem tem carteira assinada
LUIS LIMA JR/FOTOARENA/ESTADÃO

O empréstimo consignado para trabalhador com carteira assinada do setor privado já transferiu 2,3 milhões de contratos antigos para a plataforma Crédito do Trabalhador.

Segundo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o valor transferido até agora é de R\$ 37 bilhões. Mas ainda falta 1 milhão de contratos.

Com isso, o total registrado pela plataforma chegou a R\$ 82,1 bilhões em empréstimos, desde o início do programa em 21 de março.

Já são 12.238.169 contratos, beneficiando 7.152.761 trabalhadores, com juros médios ao mês de 3,07%. A média de empréstimo por trabalhador é de R\$ 11.481,29.

O Crédito do Trabalhador, também chamado de consignado CLT, é um empréstimo descontado em folha de pagamento, com juros mais baixos.

Ele substituiu o consignado para funcionários

do setor privado, criado em 2005, que era disponível para aqueles cujas empresas tinham convênios com os bancos.

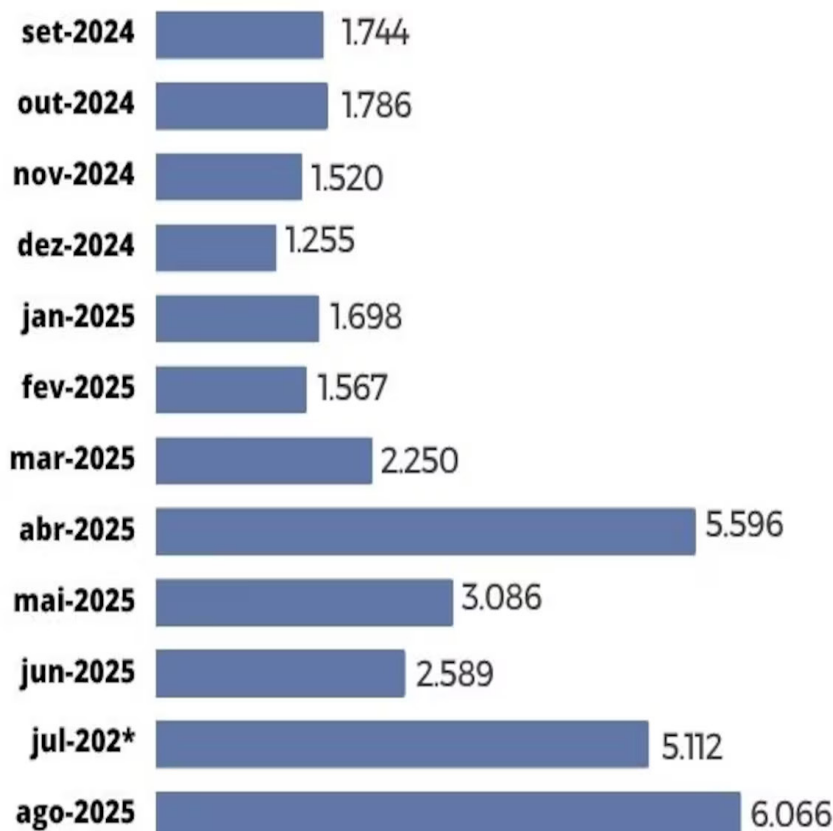
“Até o momento já foram migrados de contratos antigos de consignados R\$ 37 bilhões, representando 2,3 milhões contratos. Ainda falta migrar 1 milhão de contratos, mas com valores baixos”, afirma o ministério em nota.

A plataforma permite que os trabalhadores façam a portabilidade sem sair de casa, por meio do celular.



CONCESSÃO DO CRÉDITO DO TRABALHADOR

Do setor privado, por pessoas físicas, em R\$ bilhão



Fonte: Banco Central

Migração

Desde 21 de agosto, começou a transferência de 4 milhões de contratos antigos para a plataforma do Crédito do Trabalhador.

Segundo a Dataprev, empresa de dados do governo federal, a portabilidade e o refinanciamento dos contratos passam a ser feitos diretamente pela Carteira de Trabalho Digital.

Com isso, os contratos migrados poderão ser transferidos para outros bancos que ofereçam condições mais vantajosas de juros, o que deve estimular uma nova redução nas taxas, afirma o ministério.

Como funciona

No aplicativo Carteira de Trabalho Digital, o trabalhador autoriza o compartilhamento de seus dados (como CPF, tempo de empresa e margem disponível).

Em até 24 horas, instituições financeiras enviam ofertas de crédito;

O trabalhador escolhe a melhor proposta, com juros menores;

As parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento;

Até 35% da renda mensal podem ser comprometidos com o empréstimo.

No momento da solicitação, o trabalhador pode optar por autorizar o uso de 10% do FGTS como garantia, 100% da multa rescisória ou outras garantias.

Caso o trabalhador desista do empréstimo, ele tem 7 dias corridos, a partir do recebimento do crédito, para devolver o valor total recebido das instituições financeiras.

Como pedir a portabilidade

Verificar se o banco de destino oferece o novo consignado para CLT;

Pedir a portabilidade nos canais digitais da instituição (site ou aplicativo);

Desde 21 de agosto, portabilidade também pode ser pedida no aplicativo Carteira de Trabalho, com migração gradual até novembro;

A nova instituição quita a dívida anterior e assume o crédito automaticamente, com os juros e os prazos da nova linha.

Os cuidados antes de fazer um consignado

Segundo o Procon-SP, antes de fazer a contratação, é preciso que o consumidor tenha cautela.

- Compreenda a regra dessa modalidade
- Conheça seus direitos
- Avalie a real necessidade do empréstimo
- Avalie se esse desconto não vai comprometer o orçamento mensal e gerar um endividamento
- Avalie a possibilidade de ser demitido e ter parte do FGTS retido ou a totalidade da multa rescisória

Comparar as taxas de juros

1. A contratação não pode ser efetuada por telefone, mas pelos canais do banco após a proposta recebida no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital)

2. A taxa máxima de juros já inclui todos os custos da operação, portanto, tarifa de abertura de crédito (TAC) ou qualquer outra não é permitida

3. É proibido estipular prazo de carência para o início do pagamento das parcelas, ou seja, ao receber o empréstimo, o beneficiário não pode começar a pagá-lo meses depois

4. Bancos e financeiras devem informar antes da assinatura do contrato, no mínimo, sobre o valor total contratado com e sem juros; taxa mensal e anual de juros; valor, número e periodicidade das prestações; data do início e fim do desconto; custo efetivo total

5. Se todas as informações estão no contrato que deve ser assinado pelas partes.

Fonte: Procon-SP

Após barbárie no Rio, Câmara Federal acelera tramitação da PEC da Segurança Pública

PEC da Segurança Pública, apresentada pelo governo federal, propõe fundo permanente, conselho com participação social e ampliação das competências das forças policiais

Tomaz Silva/Agência Brasil



A megaoperação realizada na terça-feira (28), pelas polícias civil e militar nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, deixou, até o momento, 121 mortos, segundo informações das comunidades locais, que resgataram mais de 72 corpos que estavam nas matas próximas à ação policial, embora o governador do estado, Cláudio Castro (PL), insista em dizer que,

oficialmente, foram 64 vítimas. Castro, além de enaltecer, com intenções eleitoreiras, a ação elaborada pelo seu governo, disse que “foi um dia histórico”, em uma entrevista coletiva.

A ação, considerada a mais letal do governo carioca, reacendeu o debate sobre o uso da força e o modelo de segurança pública adotado no país e, diante da repercussão do caso, a Câmara

dos Deputados decidiu acelerar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), da Segurança Pública, apresentada em abril deste ano pelo governo federal, mas que ainda não foi colocada em votação.

A PEC da Segurança Pública é relatada pelo deputado Mendonça Filho (União-PE), que disse que deve acelerar a sua tramitação e que deve apresentar o parecer até o fim de novembro. Na próxima quinta-feira, a Comissão Especial da Casa que analisa o texto fará novo debate sobre o projeto. Mendonça acredita que, se houver esforços, é possível votar no plenário da Câmara ainda neste ano.

Entenda a PEC

O governo federal apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 18/2025) para reformular a gestão da segurança pública no Brasil.

A PEC, elaborada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e entregue formalmente ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi protocolada na Câmara dos Deputados em 24 de abril de 2025.

A PEC surgiu como uma proposta de solução para mitigar os efeitos da violência em todo o país.

Uma das inovações é dar status constitucional aos Fundos Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário Nacional (Funpen). Isso ajuda a garantir que os recursos sejam divididos de forma justa entre todos os estados e municípios do Brasil, além de manter um repasse contínuo e estável.

Outra medida é a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que garante a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão. Assim, a PEC sugere que a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a qual compreenderá o Sistema Penitenciário, seja estabelecida, “ouvido o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social”, integrado por representantes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da sociedade civil, na forma da lei”.

As guardas municipais também foram contempladas no texto e passarão a integrar o rol dos órgãos de segurança pública, fortalecendo o papel dessas corporações no policiamento ostensivo e comunitário.

Haverá ainda a atualização das competências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A PF terá a ampliação de sua atuação em crimes ambientais e outros de repercussão interestadual ou internacional. A PRF, por sua vez, se tornará uma polícia ostensiva federal, atuando não apenas nas rodovias, mas nas ferrovias e hidrovias, além de apoiar as operações estaduais.

A União passa a ser responsável por definir diretrizes gerais para a política de segurança e defesa social, incluindo o sistema penitenciário, de modo a estabelecer uma abordagem integrada e articulada em todo o País.

Governadores de direita se opuseram a PEC

A proposta é resultado de um amplo debate conduzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e contou com a contribuição de governadores e da sociedade civil. Os chefes dos Executivos locais tiveram a oportunidade de fazer sugestões ao longo de, pelo menos, cinco encontros entre o ministro Lewandowski e os consórcios regionais e nacional dos entes federados.

A proposta foi rejeitada pelos governadores do Rio, de São Paulo, Tarcísio Freitas, do Paraná, Ratinho Jr e de Goiás, Ronaldo Caiado, entre outros de direita.

Repercussão

Em nota oficial, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) repudiou a escalada da violência e cobrou uma investigação independente e transparente sobre o episódio. A entidade defende que o combate ao crime deve estar alinhado à preservação da vida e dos direitos humanos. “A segurança pública precisa priorizar políticas sociais e preventivas, e não a repressão desmedida que atinge, sobretudo, as populações mais pobres”, afirmou a CUT.

A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann, também se manifestou, destacando nas redes sociais a necessidade de o Congresso avançar na votação da PEC da Segurança Pública, proposta pelo governo federal em abril.

Com informações do gov.br



Gleisi Hoffmann ✓
@gleisi

...

Os violentos episódios desta terça-feira no Rio, com dezenas de mortes, inclusive de policiais, bloqueio de rodovias e ameaças à população, ressaltam a urgência do debate e aprovação da PEC da Segurança Pública no Congresso Nacional.

Ficou mais uma vez evidente a necessidade de articulação entre forças de segurança no combate ao crime organizado. E o fortalecimento da Polícia Federal e outras forças federais no planejamento e na execução das ações conjuntas, não apenas fornecendo armas, equipamentos e tropas para operações decididas isoladamente por governos locais. Também ficou demonstrada a necessidade de que as ações sejam precedidas de operações de Inteligência, inclusive inteligência financeira, para que obtenham sucesso, como vimos na Operação Carbono Oculto.

É isso que o governo do presidente [@LulaOficial](#) propõe na PEC da Segurança Pública: uma grande articulação com os governos estaduais, em que somente o crime sairá perdendo.

Governo Federal oferecerá cursos gratuitos para obtenção de CNH

Um novo mercado será formado para os instrutores, diz ministro dos Transportes, Renan Filho

FOTO: J Detran / Divulgação



As facilidades que estão sendo planejadas pelo governo federal para simplificar e baratear a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vão além da diminuição do número de aulas práticas, e abrangerá também cursos gratuitos que poderão ser oferecidos de forma online ou, até mesmo, nas escolas públicas.

Com a desobrigatoriedade de as aulas serem ministradas exclusivamente por autoescolas, a expectativa é a de viabilizar também negociações diretas entre alunos e instrutores, que precisarão de certificados que poderão ser obtidos por meio de cursos oferecidos pelo Ministério do Transporte o pelos departamentos de trânsito dos estados (Detrans).

O detalhamento sobre essas facilidades foi apresentado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta quarta-feira (29), durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A expectativa é de as novas regras comecem a vigorar ainda este ano, por meio de uma

resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), após a coleta de sugestões da sociedade, que está sendo feita até o dia 2 de novembro por meio de audiências públicas.

Alto custo

Segundo Renan Filho, há regiões em que as pessoas precisam pagar até R\$ 5 mil para obter uma CNH, em um processo que chega a durar 9 meses para ser concluído.

“É muito caro. Custa mais do que três salários mínimos. É, portanto, um modelo impeditivo que leva as pessoas para a ilegalidade, dirigindo sem carteira”, disse.

O ministério mostrou, por meio de levantamento, que 54% dos Cadastros de Pessoa Física (CPF) que adquiriram motocicletas não têm habilitação.

“São pessoas sem habilitação, mas com motos em seus nomes. Em alguns estados, esse número chega a 70%. Só por esses números, concluímos que 20 milhões de brasileiros dirigem sem carteira. Isso precisa ser resolvido”, argumentou Renan Filho.

Burocracia

O ministro lembrou que há também todo o processo burocrático, que encarece ainda mais a obtenção da CNH, colocando o Brasil como o país mais caro da América do Sul, para a obtenção de carteira de motorista.

Essas dificuldades ficam ainda maiores, caso a pessoa queira se habilitar para carro e moto, ao mesmo tempo.

Nesse caso, explicou o ministro, “são necessárias 45 horas-aulas obrigatórias na autoescola, apenas para o curso teórico; outras 20 horas de aula prática para tirar a carteira de moto; e outras 20 horas de carro. São, portanto, 85 horas que a pessoa tem de dedicar. Se ela dedicar 2 horas por dia, precisará de mais de 40 dias”. O ministro lembrou ainda que após todas essas horas, a pessoa ainda tem de fazer a prova escrita.

Ao quebrar essa obrigatoriedade toda, e dar o direito ao cidadão de contratar o profissional que desejar, o governo pretende tornar o procedimento mais rápido e mais simples.

Uma das possibilidades estudadas pelo governo é a de usar as escolas públicas ou, se for o caso, privadas, para preparar as pessoas para a prova de habilitação. “Por que as escolas não preparam o cidadão para fazer a prova de habilitação? Essa é uma pergunta que muitos fazem. Não preparam porque há a obrigatoriedade da autoescola”, disse.

“Além de preparar o jovem para o vestibular, as escolas podem preparar também para a CNH”, acrescentou Renan Filho, ao citar conteúdos como os de legislação, cidadania, direção defensiva e meio ambiente, entre outros.

Autoescolas

Renan Filho ressalta que não será o fim das autoescolas.

“Elas vão continuar existindo. O que vai acabar é a obrigatoriedade de contratar a aula prática das autoescolas. O que vai acontecer é que o cidadão poderá optar por ter aula com um instrutor autônomo, inclusive em seu próprio carro, desde que esteja [devidamente caracterizado] com adesivos ou ímãs”, esclareceu.

Perguntado sobre como via as críticas de falta de diálogo com o governo, feitas por centros de formação de condutores em alguns estados, o ministro garantiu que esse não é o verdadeiro problema.

“Na verdade, o problema não é falta de diálogo, até porque as audiências públicas ainda estão abertas. O problema é a mudança que o governo está discutindo [e seus efeitos para as autoescolas]. Esses centros de formação de condutores querem manter uma reserva de mercado, que é uma espécie de monopólio. E monopólios, todos sabemos, aumentam preços”, disse.

Novo mercado

Segundo o ministro, quem está por trás dessas manifestações são os donos de autoescolas. “Até porque muitos dos instrutores são favoráveis à nova legislação, porque poderão negociar diretamente [com aqueles que desejam ter a CNH]”

Além disso, acrescentou o ministro, a queda nos preços para obtenção de CNH fará com que mais gente tire a carteira. “E se mais gente vai tirar a carteira, mais instrutores serão necessários. Ou seja, teremos mais gente trabalhando. Essa mudança vai estabelecer um novo mercado”, complementou.

De acordo com o Ministério do Transporte, há, no Brasil, cerca de 200 mil instrutores que, com a nova legislação, estarão aptos a dar aulas. Esse número poderá ser ainda maior, com o credenciamento de novos instrutores, tanto pelo ministério como pelos departamentos de trânsito dos estados.

A discussão no momento, segundo Renan Filho, é sobre se haverá ou não uma quantidade mínima de horas necessárias de aula prática.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF